



Federação Nacional dos Médicos

Perguntas aos partidos políticos concorrentes às Eleições legislativas 2015

A organização e funcionamento do sistema de saúde português, fundamentalmente assente no nosso Serviço Nacional de Saúde, é matéria à qual a FNAM tem sempre dedicado a maior atenção. Seja pelas implicações directas nas relações e desenvolvimento do trabalho dos médicos, seja pelas importantíssimas repercussões de tais matérias no acesso, qualidade e equidade da prestação geral e universal dos cuidados de saúde e seus resultados.

Assim sendo, e no sentido de melhor se compreender e comparar as propostas dos vários partidos políticos concorrentes às próximas eleições legislativas, a FNAM endereçou-lhes um conjunto de perguntas sobre 8 grandes áreas que consideramos fundamentais para que as escolhas sejam feitas da forma mais esclarecida possível.

Das respostas que nos vierem a ser remetidas daremos público e oportuno conhecimento.

2015.09.10

A Comissão Executiva da FNAM



Perguntas aos Partidos

1. FINANCIAMENTO DO SNS

De acordo com a OCDE a despesa pública com a saúde em Portugal é de 5,9% do PIB e a despesa *out of pocket* atinge 37%.

1.1. Consideram que há condições para aumentar as verbas afectas ao SNS (OE) na próxima legislatura? Na afirmativa, como tencionam fazê-lo? (ex.: aumentar os impostos? aumentar as taxas moderadoras? co-pagamentos? outras opções?)

1.2. Existe na sociedade uma ideia muito enraizada segundo a qual temos muito desperdício e fraude. Se concordam, será que poderemos fazer mais com o mesmo dinheiro? Exemplos de medidas?

1.3. Como entendem estar comparativamente distribuído o financiamento através dos hospitais e cuidados de saúde primários? É adequado ou necessita de modificações substantivas? Quais?

2. SEPARAÇÃO DE SECTORES

A separação de sectores na saúde é um tema recorrente e antigo nos debates sobre o sistema de saúde.

2.1. Consideram que este é um problema de base ou, pelo contrário, entendem que se trata de um não-problema ou de um problema facilmente contornável?

2.2. Na afirmativa, que medidas deverão ser tomadas para que ocorra uma progressiva e definitiva separação do sector público (SNS) e privado?

2.3. A lei de bases da saúde estabelece que os sectores privado e social devem ser complementares do SNS e não concorrenciais. Que medidas tomar para fazer cumprir com rigor este preceito? Ou a solução será mudar o texto constitucional logo que possível?

3. SUBSISTEMAS DE SAÚDE E FINANCIAMENTO

Nesta legislatura, os subsistemas públicos, ADSE entre outros, transitaram para a tutela do Ministério da Saúde que passou a exercer a sua gestão.

Concordam com a medida? Como vêem o futuro dos subsistemas públicos? Devem ser reforçados ou extintos / transferidos para o SNS?

A manterem-se, e uma vez que são efectivas mútuas, qual o papel que entendem dever estar reservado aos respectivos subscritores na sua gestão?



4. PARCERIAS PÚBLICO PRIVADO

Que posição assumem perante as Parcerias Público Privadas (PPP) na Saúde? São para incentivar, devem ser mantidas até à resolução dos respetivos contratos ou devem ser desde já denunciadas e revistas?

5. REFORMA DOS CSP

5.1. Consideram que o modelo USF tem provas dadas e é nele que se deve continuar a investir, alargando o número de USF de modelo B, ou que há outras alternativas mais custo-eficientes? Se sim, quais?

5.2. Os ACeS devem continuar com o seu actual modelo de organização e funcionamento através de unidades funcionais e com a actual dimensão?

5.3. Os ACeS devem continuar na dependência total das ARS, sem contrato-programa e outros aspectos previstos na lei em vigor?

6. REFORMA HOSPITALAR

6.1. A dita reforma hospitalar está por fazer. Concorda? Se sim, o que propõem fazer no 1º ano de Governo para reestruturar a gestão hospitalar?

6.2. Acham prioritário que o Director Clínico de um hospital seja eleito pelos médicos com um contrato-programa público?

6.3. Concordam com os princípios do modelo de gestão e financiamento dos Centros de Responsabilidade Integrados?

7. PAPEL DAS AUTARQUIAS

Qual deverá ser o papel das autarquias nos CSP?

8. RECRUTAMENTO E SELECÇÃO DE DIRIGENTES / GESTORES EM SAÚDE

O Governo agora cessante criou uma comissão (CReSAP) encarregue de assegurar

com transparência, isenção, rigor e independência as funções de recrutamento e seleção de candidatos para os cargos de direcção superior da Administração Pública e de avaliar o mérito dos candidatos a gestores públicos.

Um facto sobressai da actuação desta comissão. De cada procedimento concursal apenas é tornada pública a constituição da *shortlist* enviada para o respectivo ministro. Todo o processo é oculto – lista de candidatos, CV, votação do júri, resultado final.

8.1. Que análise e conclusões tiram a propósito da criação desta comissão e do desempenho da mesma relativamente aos propósitos publicamente enunciados?

8.2. A que regras entendem devam estar submetidos os processos de recrutamento e selecção para cargos de direcção superior e intermédia da Saúde?

A Comissão Executiva da FNAM